

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, da CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	
		2019	Reapresentado
Circulante		21.424	25.728
Disponibilidades	4	88	61
Títulos e valores mobiliários		9.217	16.092
Carteira própria	11	9.217	16.092
Outros créditos		11.581	9.163
Rendimentos a receber	6a	3.188	2.592
Diversos	6b	8.395	6.871
Outros valores e bens		538	412
Despesas antecipadas		538	412
Realizável a longo prazo		25.170	22.842
Outros créditos		25.161	22.832
Diversos	6b	25.161	22.832
Outros valores e bens		9	10
Despesas antecipadas		9	10
Permanente		1.452	986
Investimentos		446	67
Outros investimentos		446	67
Imobilizado de uso		385	490
Outras imobilizações de uso		1.315	2.056
(-) Depreciações acumuladas		(930)	(1.566)
Intangível		621	429
Outros ativos intangíveis		2.219	1.689
(-) Amortização acumulada		(1.598)	(1.260)
Total do ativo		48.046	49.556

Passivo	Notas	2018	
		2019	Reapresentado
Circulante		8.736	7.706
Outras obrigações		8.736	7.706
Fiscais e previdenciárias	7a	1.245	988
Diversas	7b	7.491	6.718
Exigível a longo prazo		22.765	19.115
Outros obrigações		22.765	19.115
Fiscais e previdenciárias	7b	22.765	19.105
Diversas		-	10
Patrimônio líquido		16.545	22.735
Capital social		262.671	262.671
De domiciliados no exterior	9	262.671	262.671
Prejuízos acumulados		(246.126)	(239.936)
Total do passivo		48.046	49.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de junho 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado

Prejuízo líquido do semestre

Saldos em 30 de junho de 2018 - reapresentado

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Lucro líquido do semestre

Saldos em 30 de junho de 2019

Capital social	Prejuízos acumulados	Total
262.671	(236.663)	26.008
-	(3.273)	(3.273)
262.671	(239.936)	22.735
262.671	(246.198)	16.473
-	(7)	(7)
262.671	(246.126)	16.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

1. Contexto operacional
A CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, anteriormente denominada Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do CA Indosuez Wealth Group (anteriormente denominada Crédit Agricole Private Banking) 99.999998% com sede na França e do Banco Crédit Agricole Brasil S/A 0,000002% (mesmos valores em 2018) com sede no Brasil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. CA Indosuez Wealth (Brasil) S.A. DTVM consolidou-se na gestão de ativos de seus clientes através, principalmente, de fundos de investimentos e carteiras administradas. O plano estratégico está baseado na racionalização das equipes, controle cuidadoso dos custos, desenvolvimento de ferramentas que auxiliem a difusão de informação aos clientes e implementação de processos que busquem maior eficiência no atingimento das metas de performance dos produtos. Desta forma, temos alcançado níveis mais altos de ativos sob gestão gerando elevação de receitas através, não só do canal de distribuição próprio, ou seja, de nossa força comercial direta junto aos clientes, mas também através de agentes autônomos e plataformas eletrônicas. Nesse sentido há uma área específica dedicada ao segmento. Nosso objetivo de longo prazo é atuar em ambos os segmentos até o continuarmos a buscar sinergias com outras entidades do Grupo na geração de novos negócios que contribuam igualmente para o resultado da empresa. O reconhecimento da qualidade de gestão traduzida na superação dos objetivos de retorno dos produtos tem sido fundamental para o contínuo desenvolvimento do negócio.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) **Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.
c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem
ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.
Em 30 de junho de 2019 e 2018, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.
d) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.
Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.
e) **Investimentos**
Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.
f) **Imobilizado e intangível**
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.
O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares e métodos e processamento de dados.
g) **Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)**
São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
h) **Demais ativos e passivos**
Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

Ativo	Saldo	Ajustes	Saldo
Realizável a longo prazo	25.753	(2.921)	22.832
Outros créditos	25.753	(2.921)	22.832
Diversos	25.753	(2.921)	22.832
Total do ativo	52.477	(2.921)	49.556

Passivo	Saldo	Ajustes	Saldo
Patrimônio líquido	25.656	(2.921)	22.735
Prejuízos acumulados	(237.015)	(2.921)	(239.936)
Total do Patrimônio líquido	25.656	(2.921)	22.735

Demonstração do resultado	Saldo	Ajustes	Saldo
Outras receitas (despesas) operacionais	(115)	(322)	(437)
Outras receitas operacionais	8.955	(322)	8.633
Prejuízo líquido do semestre	(2.951)	(322)	(3.273)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido	Saldo	Ajustes	Saldo
Prejuízos acumulados	(234.064)	(2.599)	(236.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.951)	(322)	(3.273)
Prejuízo líquido do exercício	(2.951)	(322)	(3.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(237.015)	(2.921)	(239.936)

Demonstração do fluxo de caixa	Saldo	Ajustes	Saldo
Prejuízo líquido do semestre	(2.951)	(322)	(3.273)

Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	Saldo	Ajustes	Saldo
Atualização de depósito judicial	(809)	322	(487)
Prejuízo ajustado do exercício	(704)	-	(704)

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) **Apuração do resultado**
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.
b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.
c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:
• Títulos para negociação;
• Títulos disponíveis para venda; e
• Títulos mantidos até o vencimento.
Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem
ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Distribuidora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.
Em 30 de junho de 2019 e 2018, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.
d) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**
É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.
Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.
Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.
e) **Investimentos**
Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.
f) **Imobilizado e intangível**
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.
O saldo do ativo intangível foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares e métodos e processamento de dados.
g) **Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)**
São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.
h) **Demais ativos e passivos**
Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	88	61

5. Títulos e valores mobiliários
Em 30 de junho de 2019 e 2018, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:
a) **Títulos e valores mobiliários**
a.1) **Composição por classificação**

Carteira própria	2019		2018	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
RS	9.218	9.217	16.092	16.092
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.218	9.217	16.092	16.092
Total	9.218	9.217	16.092	16.092

a.2) **Composição por prazo de vencimento**
Até 3 meses
Total

2019	2018
9.217	16.092
9.217	16.092

a.3) **Composição por emissor**
Títulos de Renda Fixa
Títulos públicos

2019	2018
9.217	16.092
9.217	16.092

Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 393 (R\$ 632 em 2018). O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

6. Outros créditos
a) **Rendas a receber**
Em 30 de junho de 2019, a Distribuidora possui registrado como "rendas a receber" no montante de R\$ 3.186 (R\$ 2.292 em 2018) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Distribuidora administrava R\$ 12.695.266(R\$ 8.829.036 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir.

Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	2019		2018	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Fundos de investimento em ações	826.316	727.283	-	-
Carteiras administradas	25.640	28.051	-	-
Outros fundos de renda fixa	1.922.247	1.739.749	-	-
Subtotal de recursos de terceiros	13.021.215	7.757.566	-	-
Aplicações em fundos de investimentos da própria Distribuidora	15.795.418	10.252.649	-	-
Total líquido de recursos de terceiros	(3.100.152)	(1.423.613)	-	-
	12.695.266	8.829.036	-	-

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.
As receitas auferidas no semestre com a administração desses recursos totalizaram R\$ 18.478 (R\$ 13.019 em 2018) - Nota 11.
b) **Diversos**

Circulante	2019		2018	
	Saldo	Ajustes	Saldo	Ajustes
Adiantamento e antecipações salariais	945	948	-	-
Adiantamento a fornecedores	7	7	-	-
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 17.a)	2.427	1.189	-	-
Pagamentos a ressarcir	-	2	-	-
Devedores diversos	2	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	739	279	-	-
Recuperação de processo (ii) (Nota 8.a)	3.754	3.676	-	-
Outros	521	777	-	-
Realizável a longo prazo	25.161	22.832	-	-
Impostos e contribuições a compensar	201	220	-	-
Devedores por depósito em garantia	890	-	-	-
Depósito judicial (i)	24.880	22.612	-	-
Total	33.556	29.703	-	-

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 21.908 (R\$ 19.813 em 2018) e outros no valor de R\$ 2.972 (R\$ 2.799 em 2018) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a Distribuidora. As atualizações monetárias dos depósitos judiciais de COFINS correspondem a R\$ 339 (R\$ 372 em 2018) e outros no valor de R\$ 110 (R\$ 115 em 2018).
(ii) Referente a valor a receber sobre crédito de Adicional de Imposto de Renda Estadual (AIRE), referente a 1996. Foi transitado e julgado em 2017 e está aguardando emissão de guia de levantamento pelo Estado. A movimentação de depósitos judiciais no semestre está abaixo apresentada:

Circulante	2019		2018	
	Saldo	Ajustes	Saldo	Ajustes
Fiscal	22.050	1.766	23.816	19.867
Trabalhista	653	-	611	487
Constituições	-	-	611	487
Reversões/realizações	-	-	-	(311)
Atualizações	366	45	411	397
Total no final do semestre	23.069	1.811	24.880	20.875

7. Outras obrigações
a) **Fiscais e previdenciárias**
Circulante
Impostos e contribuições a recolher

2019	2018
1.245	988
1.245	988

b) **Diversas**
Circulante
Provisão para encargos trabalhistas

2019	2018
7.491	6.718
1.209	1.452
308	85
42	-
390	390
745	372
22.765	19.115

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração do CA Indosuez DTVM Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.creditagricoledtvm.com.br.

• Risco Socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores da DTVM atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para gerencialmente de risco reputacional, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais suas operações. Cada operação analisada sob a ótica socioambiental passa pela linha de negócios, pela equipe local de Risco de Crédito, pelo Desenvolvimento Sustentável da Matriz, pela equipe local de Compliance, pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

A Diretoria



José Luiz Gonzaga - Contador - CRC 1SP 132371/O-5

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole Brasil, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 31 de Dezembro de 2018 e 30 de Junho de 2019 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê reuniu-se 3 vezes no ano de 2019 nas datas de 20 de Março, 27 de Junho e 27 de Agosto para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Crédit Agricole, da CA Indosuez Wealth Brazil DTVM e do Conglomerado Prudencial para 31 de Dezembro 2018 e 30 de Junho 2019; (ii) aprovação do relatório de Auditoria Interna para 2018; (iii) ciência dos principais assuntos de Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes às Demonstrações Financeiras aprovadas por este Comitê; (iv) ciência do Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais conforme Circular do Banco Central nº 3.467/09 para o 2º semestre de 2018; (v) ciência dos relatórios de Ouvidoria para o 2º Semestre de 2018 e 1º semestre de 2019.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019

**ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S.S.
25P034519/O-6
Emerson Morelli
Contador - CRC - 15P249401/O-4